

PENSANDO A TEORIA LITERÁRIA À LUZ DA INTERDISCIPLINARIDADE

THINKING LITERARY THEORY UNDER INTERDISCIPLINARY APPROACH

*Luiz Carlos Moreira da Rocha**

RESUMO: A Era Multicultural em que vivemos assinala a necessidade de interação entre diferentes disciplinas acadêmicas, cujo fim é alargar o escopo epistemológico das mesmas. Este desiderato deu forma à interdisciplinaridade levando o campo literário, por exemplo, a entrelaçar-se com a historiografia de modo a trabalhar questões como a transposição de contextos e personagens históricos para o ambiente literário, formas de narrativa, etc. Logo, as postulações da metaficção historiográfica, nova história e pós-colonialismo estão na ordem do dia
PALAVRAS-CHAVES: Multiculturalismo. Narrativa. Intertexto. História. Alteridade.

ABSTRACT: This current multicultural era underscores the need for interaction between different academic disciplines, whose aim is to enlarge their epistemological scope. The interdisciplinary approach has its origin in such an effort, which allows the literary field, for instance, to interconnect with historiography in order to cope with the transposition of settings and historical characters to literary contexts, forms of narrative, etc. Therefore, the concepts of historiographic metafiction, new history and post-colonialism are at stake.

KEYWORDS: Multiculturalism. Narrative. Intertext. History. Otherness.

* Pós-Doutor em Estudos Literários pela UFMG; Doutor em Ciência da Literatura pela UFRJ; Visiting Scholar at New York University (2000). Professor Visitante na Universidade Federal de Viçosa (UFV) – MG. E-mail: luizcarlos.rocha@ufv.br

PENSANDO A TEORIA LITERÁRIA À LUZ DA INTERDISCIPLINARIDADE

INTRODUÇÃO: LITERATURA E HISTÓRIA

O vasto conhecimento acumulado, da Antiguidade aos nossos dias, não tem sido suficiente para responder às várias indagações acerca dos fenômenos cosmológicos, naturais e humanos. Esta constatação tem levado as mais diversas áreas do saber a interpenetrarem-se no sentido de alargar os horizontes epistemológicos. Com base nestas alterações nasceu a interdisciplinaridade, fenômeno que parte do contexto de um objeto de estudo para uma explicação de sua natureza com o apoio de disciplinas vizinhas. O intercâmbio entre o campo literário e as demais disciplinas acadêmicas se faz presente na constituição de alguns gêneros e também nas formulações teóricas e críticas. Dentre as diversas searas que interagem com o fazer literário, ressalta-se a relação da literatura com a história. Desta forma, o presente ensaio traçará um esboço acerca do encontro entre a ficção e a historiografia, bem como dos caminhos propostos para um futuro próximo.

Do encontro da literatura com a história nasceu a poesia épica que tem nas obras *Ilíada* e *Odisséia*, de Homero, *Eneida*, de Virgílio, *Os Lusíadas*, de Camões, *Paradise Lost*, de John Milton e *Henriade*, de Voltaire alguns dos exemplos mais significativos. Essas epopeias representam muito mais que os

feitos memoráveis dos heróis nacionais e do ideário das coletividades que as tinham por expressão. Na verdade, a poesia épica dava corpo às representações dos eventos históricos de par com a historiografia antiga, como tipificada pelos textos de Plutarco, entre outros, e cujas fronteiras entre a ficção e a realidade, já naquele tempo, eram assaz tênues. O próprio Plutarco atesta no início de *As Vidas Paralelas de César e Alexandre* que os relatos que se seguem são frutos do encontro dos fatos históricos com a ficção. Tais práticas textuais perduraram nos períodos anteriores à Idade Moderna quando a historiografia passou a ser concebida em bases científicas e desprovida das características do maravilhoso.

Todavia, a poesia épica continuou a sua trajetória histórica sofrendo alterações de cunho formal no âmbito da métrica, da mitologia e de outros aspectos para que pudesse participar e contribuir com a fundação das novas nações, principalmente em solo americano, haja vista as produções *Uruguai*, de Basílio da Gama, *Caramuru*, de Santa Rita Durão e *Vila Rica*, de Cláudio Manoel da Costa, no caso brasileiro, *Poema Heroico*, de Domínguez Camargo na experiência colombiana, *El Lunarejo*, de Juan de Espinosa Medrano, relativo ao Perú do século XVII, *La Araucana*, de Alonso de Ercilla Y Zuniga, poema acerca dos feitos heróicos que se passa nos Andes peruanos e chilenos e se tornou um dos mais importantes textos da literatura hispanoamericana e *The Columbiad*, de Joel Barlow, na literatura norteamericana, entre outras.

Após se exaurir nas produções literárias ocidentais, a poesia épica cedeu lugar a outras formas de representação oriundas do encontro entre a literatura e a história como o romance histórico do século XIX que encontrou na pena do escritor escocês Walter Scott a sua mais alta expressão. Mas é de monta ressaltar que muitos teóricos declaram a continuidade da poesia épica ao tentarem classificar obras como *Fausto*, de Goethe, e algumas produções dos poetas românticos de todo o mundo ocidental como poemas épicos, ainda que matizados por aspectos dissonantes em relação às produções que se estendem na linha cronológica entre Homero e Milton. No caso do romance histórico de Scott, não obstante as suas contribuições, este gênero também apresentou os seus limites e exageros. Dentre as ressalvas apontadas pela crítica especializada às produções de Scott figura a redução do construto literário ao fato histórico.

Pode-se argumentar ainda que ao tempo de Walter Scott a crítica literária apresentava-se embebida da historiografia positivista que primava pela busca de fontes e influências e da relação do autor e sua obra com o contexto histórico. Há que se ressaltar que a obsessão realista para a constituição da verdade e do desejo de fazer da ficção um espelho da realidade – elemento fundamental na obra de Scott – acabou por levar a obra literária à condição documental ou de fonte, condição esta que não mais se sustenta. É bom lembrar, ainda, que àquela época, os estudos literários eram levados a cabo a partir de uma ótica historicista e se abrigavam, academicamente, no seio da velha filologia.

No século passado, a relação entre a literatura e a história passou por um período de esfriamento nas primeiras décadas em virtude das vanguardas europeias, que precederam o modernismo, terem feito abstração da história em prol da afirmação do primado da máquina que, por sua vez, gerou uma busca hedonista que relegou o passado e a memória ao âmbito do vazio. Já o pós-modernismo, com uma postura de conflito edípiano em relação ao movimento que o precedeu, trouxe a história de volta para a moldura literária, porém, com novos contornos.

Na era pós-moderna a relação interdisciplinar entre a literatura e a história problematiza questões como a transposição de contextos e personagens históricos para o âmbito da literatura e a contrapartida literária de reconstituição de contextos e formas de narrativa, entre outros. Além do mais, as produções das últimas décadas apontam na direção da teoria crítica intitulada *metaficção historiográfica* desenvolvida por Patricia Waugh e Linda Hutcheon. Contudo, há que serem levadas em conta as postulações das teorias intituladas *nova história* e *pós-colonialismo*, as quais trabalham acerca do questionamento da historiografia oficial como verdade absoluta e reivindicam para a ficção a condição de outro construto de verdade histórica.

1. METAFICÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Embora a teoria pós-moderna seja um rótulo que abarca várias postulações, o que sugere que a forma plural lhe assente de maneira mais apropriada-

da, é sob o seu invólucro que a metaficção encontra agasalho. Desta forma, a metaficção historiográfica se inscreve no panorama cultural atual como uma prática discursiva que lança um olhar sobre si mesma e ainda aponta para a relação entre a ficção e a realidade trazendo o passado, ainda que de forma paródica, de volta para o presente. Dentre as funções a que se propôs enquanto discurso está a compreensão das estruturas narrativas, quer de cunho literário, teórico ou histórico, e também a apreensão da experiência do mundo como um discurso entrelaçado por uma gama de sistemas semi-óticos independentes.

No que concerne ao papel da metaficção no diálogo com as narrativas do nosso tempo, é de monta sublinhar, em conformidade com as próprias palavras de Patricia Waugh, que:

Metafiction sets up na opposition, not to ostensibly 'objective' facts in the 'real' world, but to the language of the realistic novel which has sustained and endorse such a view of reality.
(WAUGH, 1996: 11)

Considerando que os fatos históricos e as narrativas que os representam são construções discursivas, é difícil, se não impossível, estabelecer os liames que norteiam o início e o fim de uma ou de outra prática. Portanto, a literatura pós-moderna, com a sua interatividade com o fato histórico, não pode mais ser observada e trabalhada criticamente à luz das tradições e convenções que foram voga até a um passado recente e que relegavam o estudo do texto literário a uma abordagem a-histórica.

A percepção da literatura e da história como narrativas faz com que a metaficção incorpore estes domínios e se coloque como instrumento através do qual se pense as formas e os conteúdos do passado. Todavia, sabe-se que a metaficção, enquanto aparato teórico-crítico, opera de maneira dialógica a partir das estratégias intertextuais que enfocam o texto literário entrecruzado com outras vozes sociais e, entre elas figura o discurso histórico e as suas narrativas de guerra, de feitos políticos, entre outros.

Portanto, o encontro de diferentes gêneros no âmbito da narrativa literária admite a possibilidade de desconstrução dos discursos oficiais e da construção de um novo tecido narrativo acerca do passado, tecido este no qual o texto literário se constitui como outro discurso acerca da verdade histórica. A aproximação entre as narrativas romanescas e historiográficas está plenamente caracterizada em obras pós-modernas, como atesta Linda Hutcheon ao afirmar que:

There are non-fictional novels, however, which come very close to historiographic metafiction in their form and content. Norman Mailer's *The Armies of the Night* subtitled *History as Novel, The Novel as History*. In each of the two parts of the book there is a moment in which the narrator addresses the reader on the conventions and devices used by novelists (1968, 152) and historians (245).
(HUTCHEON, 1988: 117)

A metaficção, ao se apropriar de personagens e contextos históricos e ao problematizar o estatuto de verdade absoluta consagrado pelos paradigmas tradicionais, impede a coesão discursiva em torno da narrativa acerca do fato histórico. Com isto, as representações literárias sugerem uma re-escritura do passado em ambas as searas e preenche a moldura vazia do presente que não pode se constituir sem o passado e este, por sua vez, não pode mais ser visto como conclusivo e teleológico.

Ressalta-se ainda que a hibridez dos discursos literários e historiográficos e a essência do conhecimento dos fatos alçados à condição de verdade histórica tornam, por um lado, necessário o enfoque interdisciplinar e, por outro, um risco epistemológico tentar marcar a distinção entre a ficção e a história enquanto gêneros narrativos. É Linda Hutcheon que atesta esta preocupação nas disciplinas acadêmicas de nosso tempo. Cita-se:

This problematizing has also been in the foregrounding of much contemporary

literary theory and philosophy of history,
from Hayden White to Paul Veyne.
(HUTCHEON, 1988: 111)

Assim, ao se levantar as questões anteriormente propostas, a história passa a ser enfocada a partir de fontes e relatos oriundos de outras esferas. Daí, a narração das testemunhas, a visão de mundo da comunidade e a versão dos que não tiveram voz na historiografia oficial encontram abrigo nos novos enfoques. Com isto, as novas *abordagens* se estendem para além dos feitos das figuras outrora centrais na história. A mudança de foco representa um avanço indiscutível nas abordagens historiográfica e literária.

Entre os vários conceitos que aparecem no seio da teoria metaficcional destaca-se a autorreflexividade de algumas obras literárias que refletem conscientemente sobre a sua própria condição. Do mesmo modo, a obra metaficcional se apropria de personagens e fatos históricos submetendo-os, porém, à distorção, à paródia e à ficcionalidade. Esses textos mostram a ficcionalização da história, como Linda Hutcheon demonstra em *A Poetics of Postmodernism* ao afirmar que:

By this I mean those well-known and popular novels which are both intensely self-reflexive and yet paradoxically also lay claim to historical events and personages: *The French Lieutenant's Woman*, *Midnight's Children*, *Ragtime*, *G., Famous Last Words*.
(HUTCHEON, 1988: 5)

É de monta ressaltar que a visão metaficcional de Hutcheon engloba as questões pertinentes à subjetividade, intertextualidade, ideologia, entre outras e que estas se fazem presentes tanto nas criações literárias rotuladas de pós-modernas quanto na historiografia. E ainda, pensar a obra literária como pós-moderna ou mesmo a sua especificidade metaficcional implica uma busca intertextual que evoca a presença de várias manifestações culturais que vão desde a referência a aspectos peculiares do objeto cultural em

pauta até citações de cunho paródico que entrelaçam as obras umas com as outras. A paródia, por sua vez, é um tropo antigo, mas largamente utilizado por escritores pós-modernos que a remodelaram com a marca da incorporação e do desafio àquilo que está sendo parodiado.

No que tange à materialidade do fazer literário e da tecelagem historiográfica, sabe-se que em suas respectivas verves pós-modernas ambos se apresentam como discursos ou sistemas semióticos de significação que nos permitem conferir sentido ao passado. Portanto, a metaficção historiográfica opera a partir de um paradoxo constituído pela inserção do contexto histórico como significante, já que é um mecanismo discursivo, mas elabora como significado a própria noção de conhecimento histórico.

Estas características textuais transformam o autor em um ordenador, o qual é igualmente produzido pela teia intertextual. À luz da metaficção, a escritura de uma grande obra literária envolve a elaboração de um verdadeiro banco de dados acerca de outras obras, o que faz da literatura um sistema composto por fragmentos advindos de várias outras formas de narrativa. O mesmo pode ser dito acerca dos construtos que tentam explicar a realidade, o que leva a se pensar a historiografia como algo em construção, um artifício discursivo que se assemelha a uma obra de arte literária, como um romance. Neste sentido, Patricia Waugh, citando uma elucubração do filósofo Hegel, afirma que

Hegel, in fact, suggested that history
Be contemplated as a work of art, for in
retrospect it 'reads' like a novel: its end
is known. Metafiction suggests not only
that writing history is a fictional act, ranging
events conceptually through language to
form a world-model, but that history itself
is invested, like fiction, with interrelating
plots which appear to interact independently
of human design.

(WAUGH, 1996: 48-49)

Todavia, a metaficção historiográfica não é a única corrente teórica a problematizar questões como a relação entre a história e a literatura e suas várias consonâncias e dissonâncias. Duas outras correntes de pensamento, a *nova história* e o *pós-colonialismo* têm direcionado seus olhares para os cânones historiográficos e literários com o fito de rediscuti-los, bem como suas premissas e formas de constituição. Os propósitos de tais articulações e práticas são: a flexibilização desses cânones, a descentralização dos contextos, dos fatos e dos personagens predominantes e a conseqüente emergência dos discursos do local, da periferia e dos excluídos. Historiadores da cultura como Steven Connor e Hayden White vêm trabalhando a questão da constituição do cânone historiográfico e seu encontro com a ficção, intermediado pela narrativa. Segundo Connor, “No historical account of the novel in history can afford to shelve for long the complex question of the relations between novels and history”. (CONNOR, 1996: 128)

2. NOVA HISTÓRIA

Sabe-se que a década de 1960 representou uma ruptura em diversos paradigmas no âmbito das culturas humanas, marcadamente na civilização ocidental. A partir de então, várias formulações conceituais passaram por revisões e outras entraram na ordem do dia no seio das disciplinas humanísticas. Dentre os conceitos revistos e renovados figura o de cultura. Embora seja um termo amplamente empregado em vários campos do saber, das ciências agrárias e da biologia à antropologia, é exatamente a sua acepção antropológica, com seus reflexos nas demais áreas das ciências humanas e sociais, que nos cabe observar.

Na seara antropológica, o conceito de cultura aponta para diversos níveis e dentre eles encontra-se a postulação de que o mesmo corresponde a uma gama de aspectos comportamentais que seriam frutos de larga história de aprendizado e transmissão. Nota-se o papel relevante da linguagem e dos simbolismos a ela inerentes como forças motrizes para a consecução de tal processo. Há que se ponderar que tais padrões comportamentais estão enraizados nas relações sociais e, de igual modo, nas relações entre diferen-

tes sociedades nacionais. Tais práticas sociais são passíveis de observação e constituição de objetos de estudos que entrelaçam a antropologia a outras disciplinas humanísticas. No bojo das observações dos fenômenos culturais está a formação da identidade cultural dos indivíduos e da visão de mundo que os mesmos constroem a partir da experiência cultural adquirida.

Uma das consequências do alargamento de escopo do conceito de cultura refletiu-se nas áreas literárias e historiográficas. Assim, as teorias da cultura engendraram ao longo da linha do tempo, especialmente no século passado, de Melville Herskovitz a Homi K. Bhabha, novos pressupostos no âmbito da crítica literária. Já na esfera da historiografia, as maiores repercussões tiveram lugar nas áreas da *nova história* e da *história social*, cujos desdobramentos dão conta da inserção de conceitos como raça, gênero, sexualidade, entre outros, bem como da introdução de novos campos de estudo como a *história da leitura*, *as produções culturais da classe operária* e o registro da vida cotidiana de personagens que nunca foram centrais na história.

Em verdade, a *nova história* é uma corrente pós-moderna surgida na França nos anos de 1960 ligada aos programas de antropologia e história das mentalidades tendo Jacques Le Goff como um de seus mais ilustres mentores. Contudo, é importante ressaltar que tais elucubrações de cunho teórico se fundamentam no apoio do trabalho desenvolvido por teóricos da literatura como Mikhail Bakhtin e de pensadores como Michel Foucault, entre outros. Como consequência natural desses esforços, o tecido historiográfico se ampliou acarretando o questionamento das premissas que estabeleciam os cânones historiográficos e à própria indagação acerca do estatuto da historiografia enquanto disciplina acadêmica.

Outro conceito importante que tem contribuído para o encontro interdisciplinar entre a *nova história* e a crítica literária é o de imaginário visto como instância criadora das realidades internas e externas dos indivíduos e de elemento *sine qua non* na formação da identidade cultural dos mesmos e também das sociedades. No entanto, a *nova história* prima por conceber o conceito de imaginário como uma construção social, uma noção de algo historicamente marcado, cuja característica principal reside no fato de produzir sentidos polifônicos que vão se diferenciando ao longo do tempo.

Se no decorrer da história moderna, marcadamente a partir do Século XIX, a historiografia tem primado por tentar se constituir como um construído de base científica, o que até a um passado recente conferia ares de verdade absoluta às suas narrativas, a *nova história* vem desconstruir tais balizas ao aproximar o seu objeto de estudo da experiência literária. Em estudo relevante sobre o assunto, Sandra Jatahy Pesavento pondera:

História e literatura correspondem a narrativas explicativas do real que se renovam no tempo e no espaço, mas que são dotadas de um traço de permanência ancestral: os homens, desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através de suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música. (PESAVENTO, 2006: 2)

Além do mais, historiadores da estirpe de um Hayden White têm salientado as marcas que fazem do tecido historiográfico uma construção muito mais próxima da literariedade do que da pretensa cientificidade que o caracteriza desde o advento do positivismo comteano do século dezanove. O eminente historiador ilustra a sua argumentação ponderando que ambos os campos são apresentados pela figura do narrador e que, como o escritor criativo, o historiador também se vê às voltas com a necessidade de elencar dados, selecioná-los e, por conseguinte, dar primazia a uns em detrimento de outros, o que no mais das vezes implica numa seleção calcada na ideologia do narrador historiográfico, no cruzamento de informações, na elaboração de uma narrativa em que os elementos literários da trama, tensão, personagens maiores e menores e estratégias de retórica são coadunados para a construção da representação do real.

Porém, é de igual monta pôr em relevo o fato de que a *nova história* abala os alicerces da historiografia tradicional, também chamada de “paradigma tradicional” por muitos teóricos, como Peter Burke, por exemplo. No centro desses abalos, encontra-se a contestação da assertiva tradicional de que a his-

tória é primordialmente política e centrada no estado e no feito dos grandes homens, ou seja, Presidentes, Reis, Generais, Papas e Estadistas de toda sorte.

Ao levantarem essa questão, os novos historiadores passam a enfocar a história a partir de fontes e relatos alternativos. Daí o *modus operandi* do fazer historiográfico de nosso tempo buscar amparo nas versões dos excluídos. Desta forma, este tipo de abordagem se estende para além das figuras outrora centrais na história.

Outra questão que tem causado choque entre os novos historiadores e o paradigma tradicional é a questão das fontes. A história oficial sempre primou por uma escritura baseada na crítica hermenêutica de textos como as crônicas e os anais, ou seja, de documentos produzidos pelo poder oficial. Com isto, todas as versões dos eventos históricos que não passassem pelo método oficial eram deixadas de lado. Hoje, com o advento da *nova história* e com o enorme avanço tecnológico, é inconcebível que a narrativa historiográfica fique reduzida às fontes primárias, embora seja de bom tom salientar que não se trata de rejeitar as crônicas e os anais, mas sim de pleitear o alargamento das fontes com o intuito de se voltar para estas com o olhar crítico mais atual.

Há que se considerar que as proposições da *nova história* se estendem ao desenvolvimento de novas metodologias. Esta busca caracteriza-se também pelo enfoque interdisciplinar e no caso do encontro entre a historiografia e a literatura, os novos historiadores têm advogado que a reconstrução do passado encontra formulação mais adequada no processo de criação ou recriação literária. Segundo Hayden White:

[...] in general there has been a reluctance to consider historical narratives as what they most manifestly are: verbal fictions, the contents of which are as much invented as found and the forms of which have more in common with their counterparts in literature than they have with those in the sciences.

(WHITE: 1974: 396)

Logo, a narrativa literária ganha credibilidade na condição de outro possível construto de verdade acerca do passado histórico. E nesse aspecto, faz-se mister ponderar que a ficção se inscreve para um diálogo com a *nova história* e se apresenta como uma instituição artística, histórica e social portadora de uma visão de dentro da história.

3. PÓS-COLONIALISMO

Da *nova história* para a *teoria pós-colonial*, esta é uma corrente surgida no final do século vinte nos departamentos de Inglês das principais universidades anglo-americanas e que faz coro aos outros instrumentais teóricos aqui em pauta no que tange aos questionamentos dos cânones historiográficos, literários e culturais, de um modo geral.

Na verdade, o pós-colonialismo é muito mais do que uma teoria crítica, pois, se por um lado, nasceu do processo de independência política das ex-colônias europeias, por outro, a criação e recriação literária tornaram-se veículos de expressão desse processo, uma vez que escritores como Aimé Césaire (1969), da Martinica, re-escreveu *The Tempest*, de William Shakespeare (1975), mudando o enfoque e a psicologia dos personagens fazendo de Caliban o intérprete dos anseios de independência e liberdade e uma poderosa metáfora que alude ao desejo de emancipação dos povos colonizados.

Mas é no limiar da década de 1980 que a literatura pós-colonial floresce. A primeira obra a ganhar primazia e a ser apresentada como característica deste novo segmento é *Midnight Children*, do escritor anglo-indiano Salman Rushdie (1982). A ela seguiu-se uma plêiade de outras que têm sido alvo de estudos na maioria das grandes universidades de todo o mundo. Cabe destacar *July's People* (1981), de Nadine Gordimer, *Bluebeard's Egg* (1983) e *Wilderness Tips* (1992), ambas da celebrada escritora canadense Margaret Atwood, *Omeros* (1990) de Derek Alcott, entre várias outras.

Do ponto de vista teórico, as sementes dos estudos pós-coloniais podem ser encontradas nas teorias do psiquiatra antilhano Frantz Fanon expressas em obras como *The Wretched of the Earth* (1963) e *Black Skin, White Masks* (1967) publicadas nos anos de 1960. Fanon traça o perfil da opressão contra

os afros descendentes antilhanos e da relação da dominação com as doenças psiquiátricas. Posteriormente, a abordagem engendrada por estas duas obras primas constituiu-se em aparato crítico aplicável em outros contextos onde o processo de dominação se fez presente, principalmente envolvendo afros descendentes. Mas, a obra *Psychologie de La Colonisation*, de Octave Mannoni (1950) não pode passar sem menção, uma vez que aborda o tema aqui em foco e representa um dos textos precursores da teoria pós-colonial.

No entanto, é no ocaso dos anos de 1970, com a publicação de *Orientalism* em 1978, de Edward W. Said (1996), que os estudos pós-coloniais começam a ganhar importância no mundo acadêmico anglo-americano. *Orientalism* traz para o centro dos debates uma série de questões que antes eram pouco ou nada vislumbradas, como a visão eurocêntrica a respeito do Oriente e de sua cultura, visto que esta se baseou numa ótica calcada em estereótipos que relegava as culturas não europeias à condição de excêntricas ou ex-cêntricas. Tal ponto de vista tinha a cultura europeia como modelo de civilização organizada e desenvolvida e, por conseguinte, os não-europeus seriam bárbaros. Said desconstrói a visão eurocêntrica do Oriente mostrando como a *intelligentsia* das metrópoles colonizadoras construiu um ideário sobre o Oriente e o estendeu a todo o mundo não-europeu a partir de uma prática discursiva fundamentada em dicotomias excludentes e que se apoiava no processo de colonização.

Said nos mostra que o orientalismo foi uma criação de filólogos, antropólogos e demais exegetas europeus e que se materializava na condição de discurso e como tal era passível de apreensão, estudo e transmissão, como o próprio Said nos informa em *Orientalismo* (1996) Cita-se:

O orientalismo, portanto, é um conhecimento do Oriente que põe as coisas orientais na aula, no tribunal, prisão ou manual para ser examinado, estudado, julgado, disciplinado ou governado.
(SAID, 1996: 51)

A descentralização histórica, a emergência de vozes antes silenciadas e a marcação de posição por parte da cultura local são algumas das preocupa-

ções pós-coloniais que colocam este campo teórico em sintonia com a *nova história*, com o *pós-modernismo* e com o *feminismo* na busca de uma nova ordem cultural, onde a presença daquele que traz a marca de o Outro seja uma constante nas práticas e trocas culturais.

Em meio ao processo de desmantelamento do império britânico, este tenta manter a sua hegemonia a partir da dominação cultural criando uma unidade ilusória sob o título de comunidade de nações, a *Commonwealth*. Para tanto, o poder britânico se serviu do mesmo expediente que utilizara no fim do século XIX e início da vigésima centúria no plano interno, ou seja, “proveu” as massas com o acesso à educação de nível superior introduzindo cursos para este fim. A escolha acadêmica recaiu sobre a literatura inglesa, cujo cânone deveria ser espreado a todas as universidades que atuassem nas áreas da *Commonwealth*.

Com o tempo, o departamento de Inglês, que abriga a disciplina literatura inglesa, passou a designar os seus *corpora* literários como *Commonwealth Literature*. A comunidade acadêmica, por sua vez, entendeu que o rótulo *Commonwealth* trazia embutido uma série de problemas de ordem teórica e cultural como as colorações ideológicas do dominador e cunhou o termo *Post-colonial Literature*. A partir de então, a *Post-colonial Literature* passa a pôr em cheque a supremacia inglesa através do referido cânone, a exclusão de autores advindos das nações periféricas, bem como a questão de gênero no seio da literatura.

Hoje em dia o termo “pós-colonial” estendeu de tal modo a sua carga semântica, que tem sido frequentemente empregado com referência a regiões diversas de uma mesma nação, onde há a subordinação de uma a outra. Entretanto, é de suma importância ressaltar que o novo termo representa, além do mais, uma posição de vanguarda na esfera política fazendo oposição aos ideais eurocêntricos e fazendo da problemática relação entre a periferia e o centro o seu ponto fulcral. Por fim, a literatura pós-colonial lança novas lentes sobre o cânone literário inglês e ajuda a promover uma revolução linguística no seio da língua de Shakespeare, Dickens e Eliot.

A visão linear da história, outra marca da cultura eurocêntrica, é mais um postulado que a teoria pós-colonial desconstrói ao problematizar a visão hierárquica e estanque pretendida pela historiografia europeia. Para tanto, a teoria

pós-colonial lança mão do entrecruzar das eras e das mentalidades e pleiteia a construção de um novo tecido historiográfico que leve em conta a visão do colonizado. No que tange à aludida desestabilização do cânone da literatura inglesa, dá-se a inserção de novas leituras dos próprios clássicos canônicos, das quais as releituras pós-coloniais de *The Tempest*, de William Shakespeare, de *Heart of Darkness*, de Joseph Conrad, e *Kim*, de Rudyard Kipling, empreendidas por Ania Loomba e Edward Said, respectivamente, são dignas de nota.

Como toda área de estudo recém criada, a teoria pós-colonial precisou de um *boom* de obras que pudessem lhe garantir o devido respaldo. Assim, Bill Ashcroft, Gareth Griffiths e Helen Tiffin organizam e publicam *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-colonial Literature* em 1989 e, posteriormente, várias outras vieram a lume. Contudo, esta obra foi alvo de muitas críticas, a começar pela ambiguidade que o título ecoa e pela visão globalizante que o mesmo traz.

Outra obra de relevo neste campo de estudo é *What is Post-colonialism? – Colonial Discourse and Post-colonial Theory*, de Vijay Mishra e Bob Hodge, os quais afirmam que: “the danger here is that the post-colonial is reduced to a purely textual phenomenon, as if power is simply a matter of discourse and it is only through discourse that counter-claims might be made”. (MISHRA; HODGE, 1993: 278) Outra questão que suscitou várias críticas a *The Empire Writes Back* jaz na diferença entre *settler* e *non-settler colonies*, onde, respectivamente, assinalou-se a predominância de colonizadores brancos e não-brancos. Porém, Peter Hume advoga em defesa de *The Empire Writes Back* atestando que o mesmo representa um marco porque prima por tratar de pontos cruciais acerca da literatura pós-colonial: uma crítica a falsas alegações de universalidade política, histórica e cultural, aqui entendida como uma posição à margem da história a partir da qual tudo é julgado.

A expressão literária advogada pela teoria pós-colonial concebe o uso de tropos e conceitos elaborados pelos escritores e críticos egressos das nações que galgaram independência política ao longo do século XX e que primam pela afinidade com a visão daquele que não teve voz na história oficial. E ainda, uma postura de relevo dos teóricos pós-coloniais atesta a necessidade de construção do pós-colonialismo como uma orientação ideológica e não como fase histórica, já que esta seria uma espécie de continuidade da line-

aridade histórica, típica das culturas europeias, e que a teoria pós-colonial vem desconstruir.

A visão do pós-colonialismo como um cabedal ideológico marcado pelas experiências políticas e culturais das nações periféricas traz a marca de oposição e confere autenticidade e legitimidade à sua luta por um novo modelo de desenvolvimento literário e cultural, ao passo que a visão de fase histórica, além do selo eurocêntrico de continuidade, seria fortemente marcada pela condição de um pós-colonialismo de cumplicidade, o que levou a dupla Mishra e Hodge a constatar que “what emerges is the fact that we are really talking about not one ‘postcolonialism’ but many postcolonialisms”. (MISHRA; HODGE, 1993: 284)

Outro teórico de ponta, cuja obra tem contribuído para o avanço da teoria pós-colonial no meio acadêmico, é o indiano Homi K. Bhabha. Ao problematizar a visão de história do colonizador europeu, Bhabha nos mostra que esta se baseia numa condição de dependência do conceito de algo “fixo” em relação à construção da alteridade. Em outros termos, esta coisa “fixa” estabelece um paradoxo no modo de representação por conotar, segundo Bhabha, “rigidity and an unchanging order as well disorder, degeneracy and daemonic repetition.” (BHABHA, 1994: 66)

Uma das assertivas de Bhabha no estudo sobre os estereótipos contidas em *The Location of Culture* dá conta de que o discurso do colonizador sempre buscou enfatizar a condição das populações colonizadas como inferiores ou degeneradas tomando por base a diferença sexual e racial, a qual serviu de base para a administração e a instrução levadas aos países colonizados pelos europeus. Em contrapartida, a teoria pós-colonial vem desconstruir discursos e práticas como estas mostrando como as culturas europeias foram moldadas pelas civilizações orientais mais antigas e estas legaram aos europeus línguas, costumes, mitologias, crenças e uma série de práticas culturais que foram, posteriormente, enroupadas pelo eurocentrismo.

Com base, primeiro na obra de Freud e depois na de Michel Foucault, Homi Bhabha argumenta que o conceito e a prática dos estereótipos encontram origem no fetichismo. Desta forma, os vários mitos cunhados pelas culturas europeias como origem histórica, pureza racial, entre outros, foram produzidos em relação ao estereótipo colonial para, segundo Bhabha,

“functions to ‘normalize’ the multiple beliefs and split subjects that constitute colonial discourse as a consequence of its process of disavowal” (BHA-BHA, 1994: 74).

Contudo, as práticas discursivas do pós-colonialismo, quer nas obras literárias que engendram, quer no seu aparato teórico e crítico, apontam também para discussões de conceitos que a nossa era não só questiona e problematiza, como também atesta os seus respectivos ocasos. É o caso dos conceitos de nação e de tempo, por exemplo. Com relação ao primeiro, sabe-se que o atual modelo nacional foi concebido de forma eurocêntrica a partir do período iluminista e que hoje se vê às voltas com a formação de blocos supranacionais e de reivindicações regionais que tendem a levar ao esfacelamento do modelo nacional que sempre tomou por base a supremacia de uma região sobre outras, como enfatiza o conceito de colonização interna cunhado por Anne McClintock. Com isto, várias nações vão sendo desfeitas e outras vão tendo a sua identidade nacional de par com regiões autônomas que não se encaixam nas molduras preconcebidas.

Quanto à noção de tempo, salienta-se que o mesmo tem sido alvo de debates nas áreas científicas e humanísticas, gerando, por conseguinte, uma aproximação entre físicos, astrônomos, literatos e filósofos como há muito não se cogitava. Concebidas como instâncias separadas, espaço e tempo aparecem, a partir da obra de Albert Einstein, jungidos numa mesma cadeia sintagmática, sendo, portanto, inseparáveis.

CONCLUSÕES

A primeira conclusão que este ensaio concebe é que a separação estanque das áreas de estudo proposto pelo sistema de especializações característico da era moderna também vive o seu limite e a separação do antigo triângulo literatura, história e filosofia não mais se sustenta. Tal afirmativa aponta na direção da vanguarda exercida por estas três áreas do saber que, séculos antes da era pós-moderna, já trilhavam os caminhos da interdisciplinaridade que hoje se pretende voga.

Especificamente no que se refere ao encontro entre a literatura e a história, é de bom tom ratificar que ambas só têm a ganhar com abordagens afins. Este encontro possibilita também a desconstrução do ideário de verdade absoluta advogado pelas abordagens humanísticas à luz dos métodos das ciências exatas e positivistas. Assim, os liames que pontuam as criações dos textos literários e historiográficos, como as já citadas formas de narrativa, de reconstrução do passado, bem como trama, personagens, tempo e outros matizes devem servir de base para o rompimento com as garantias apregoadas pela objetividade científica e pela elaboração de leis estanques para o conhecimento humanístico.

No que tange aos conceitos de nação e tempo, pondera-se, no caso das nações, que os fatos em curso na África e no Oriente Médio neste início de milênio demonstram claramente que a visão iluminista demanda reparos. Quanto ao conceito de tempo, seja cronológico ou histórico, é importante enfatizar que novas abordagens têm surgido nas áreas científicas e literárias e que apontam na direção de algo distinto das concepções até então em curso. A literatura já preconizava, nas décadas de 1920 e 1930, a visão do tempo cronológico como um construto discursivo, cujo fim é tão somente a organização da vida social. Pondera-se ainda que, no imaginário dos indivíduos e das gerações, a noção de tempo psicológico desenvolvida por escritores do naipe de Joyce, Proust, Woolf e Faulkner e que é variável de pessoa para pessoa, acabou corroborado pela própria ciência física. Todavia, cresce neste momento histórico em que vivemos, a ideia de espaçotempo como uma entidade única e inseparável que, certamente, vai nortear as futuras abordagens de tais fenômenos no âmbito da criação ficcional e da crítica literária.

Por fim, os estudos de teoria literária, com as suas várias linhas de pesquisa baseadas nos objetos de estudo aqui abordados, se inserem no projeto interdisciplinar que o conhecimento humano de nosso tempo requer e se projetam como estudos capazes de apontar caminhos para o indivíduo e para as coletividades sem as amarras dos estereótipos e conceitos que nortearam as visões de épocas pretéritas. Quanto ao casamento da literatura com a história, este não mais requer divórcio e, diferentemente das questões de gênero marcadas por hierarquias nos períodos que nos precederam, literatura e história podem e devem caminhar lado a lado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOTT, Derek. *Omeros*. New York: Farrar, Straus & Giroux, 1990.
- ASHCROFT, Bill et al. *The Empire Writes Back – Theory and Practice in Post-colonial Literatures*. London: Routledge, 1989.
- ATWOOD, Margaret. *Bluebeard's Egg*. New York: Anchor Books, 1983.
- _____. *Wilderness Tips*. New York: Anchor Books, 1992.
- BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*. London: New York: Routledge, 1994.
- CÉSAIRE, Aimé. *Une tempête, D'après La Tempête de Shakespeare: Adaptation pour un théâtre nègre*. Paris: Le Seuil, 1969.
- CONNOR, Steven. The Novel in Contemporary History. In: _____ *The English Novel in History 1950-1995*. London: Routledge, 1996.
- FANON, Frantz. *Black Skin, White Masks*. Translated from the French by Charles Lam Markmann. New York: Grove Press, 1967.
- _____. *The Wretched of The Earth*. Translated by Constance Farrington. New York: Grove Weidenfeld, 1963.
- GORDIMER, Nadine. *July's People*. Middlesex: Penguin, ed. 1981.
- HUTCHEON, Linda. *A Poetics of Postmodernism: history, theory, fiction*. London: New York: Routledge, 1988.
- MANNONI, Octave. *Psychologie de la Colonization*. Paris: Editions Denoël, 1950.

MISHRA, Vijay; HODGE, Bob. What is a Post-colonialism?. In: WILLIAMS, Patrick & CHRISMAN, Laura. *Colonial Discourse/Post-colonial Theory*. New York: Columbia University Press, 1993. p. 276-303.

PESAVENTO, Sandra. *História & Literatura: uma velha-nova história*, 2006. Disponível em <<http://www.nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em: 15 set. 2012.

RUSHDIE, Salmon. *Midnight's Children*. London: Picador, ed. 1982.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, ed.1996.

SHAKESPEARE, William. The Tempest. In: _____. *The Complete Works of William Shakespeare*. New York: Gramercy, 1975. p. 01-30

WAUGH, Patricia. *Metafiction*. London: Methuen & Cia, 1996.

WHITE, Hayden. The Historical Text as Literary Artifact. *Clio*, vol. 3, n. 3. p. 395-407, 1974.

Recebido em Abril de 2013

Aceite em Junho de 2013